

Estados pedem redução do pagamento de dívida

Publica

BRASÍLIA — Os governadores e prefeitos querem reduzir em Cz\$ 508,7 bilhões seus gastos com o pagamento de dívidas externas, no ano que vem. Esta é a diferença, a preços de junho de 88, entre o que eles terão de pagar, se for aprovada a proposta de orçamento da União para 89, e o que pagariam segundo sugestão alternativa levada ao presidente José Sarney pelo governador Newton Cardoso, de Minas Gerais.

O governo federal quer que os governadores e prefeitos paguem em 89 Cz\$ 550 bilhões, correspondentes a 25% das dívidas de Estados, municípios e suas empresas a vencer em 89, e mais 25% do estoque de dívidas com aval da União, roladas pelo Tesouro desde 83, através do mecanismo chamado aviso MF-3. Esse estoque deverá alcançar cerca de US\$ 10 bilhões (Cz\$ 1,78 trilhão), pela taxa de câmbio usada na preparação do orçamento, até o final de 88.

A proposta dos governadores prevê o pagamento de apenas 10% da dívida a vencer em 89, que atinge um total de US\$ 2,32 bilhões ou Cz\$ 413 bilhões.

Dessa forma, os Estados e municípios pagariam apenas Cz\$ 41,3 bilhões, o que resultaria na diferença de Cz\$ 508,7 bilhões em relação à proposta do governo. Os 90% restantes da dívida a vencer em 89, pela sugestão dos governantes, seriam rolados pelo Tesouro. E o estoque da dívida passada seria reescalonado em 12 anos, com cinco de carência, o que significa que apenas em 94 essa dívida começaria a ser paga.

ROLAGEM

O Tesouro começou a pagar dívidas externas de Estados e municípios depois da primeira crise da dívida externa, em 82. Através dos "avisos MF", o Tesouro autorizava o Banco do Brasil a fazer empréstimos-ponte às empresas, e administrações estaduais e municipais, para que elas pagassem suas dívidas avalizadas pela União.

Até o ano passado, o mecanismo "rolava" 100% dessas dívidas, transferindo para o Tesouro Nacional o crédito que era do banco estrangeiro. Em 88, o governo federal começou a exigir dos governadores e pre-

feitos o pagamento de 25% dos juros e amortizações vencidas no ano, o que provocou diversos atritos entre governadores, prefeitos e o Ministério da Fazenda.

O Estado de São Paulo, no primeiro semestre, e a Prefeitura do Rio de Janeiro, há algumas semanas, chegaram a ter suas contas bloqueadas em todo o sistema financeiro nacional, porque deixaram de pagar suas parcelas. Mas o governo não tocou, até este ano, no passivo acumulado pelas rolagens sucessivas desde 83.

Na apresentação do orçamento de 89, os governadores dizem que foram surpreendidos pela exigência de que paguem 25% desse estoque, além dos 25% que vencem no ano. "É um absurdo que o governo exija o pagamento do estoque em quatro anos, praticamente", afirma o secretário da Fazenda de Minas Gerais, Luís Fernando Wellich.

Os governadores, por seu lado, partiram para a pressão política sobre a comissão de orçamento do Congresso, que vai discutir e votar a proposta do governo.